

política

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br



Repórter Brasília

Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Municípios pagam a conta

O Brasil vive uma inversão silenciosa, porém preocupante. A União investe cada vez menos, enquanto estados e, principalmente, municípios, assumem o peso da infraestrutura pública nacional. Entre 2019 e 2024, a participação dos entes subnacionais nos investimentos passou de 65% para 80%, ao passo que a União recuou de 35% para 20%. Isso revela uma sobrecarga progressiva nas administrações locais, que já respondem por 60% da formação bruta de capital do setor público.

Expansão de despesas

A expansão de despesas obrigatórias no governo federal e os limites fiscais impostos à União comprimem os investimentos federais, enquanto os governos locais enfrentam a pressão de manter obras, escolas, hospitais e estradas com orçamentos apertados.

Desajuste federativo

Na avaliação do deputado federal gaúcho Alceu Moreira (MDB, foto), “o que acontece, na verdade, é que nós temos um desajuste federativo, no qual nos municípios a entrega é feita com muito mais vigilância do que no Estado e na União”.



Despesa exorbitante

“A União está inchada e, portanto, com uma despesa exorbitante, absurda”, afirmou, à coluna **Repórter Brasília**, Alceu Moreira. Ele argumenta que, “com isso, ela não consegue fazer investimento. Por falta de projeto institucional, nós não temos uma política que comece nos ministérios e seja complementar nos municípios”.

Etapas complementares

Alceu Moreira aponta que “o correto é ter etapas complementares nos outros entes federados”. Na visão do deputado, “a cada dia, menos a União investe, porque o custo de investimento da União é sempre muito mais elevado, muito mais caro do que a obra feita pelo município”.

Responsabilidades da União

O município, acentua Moreira, “além de estar gastando muito mais do que a legislação prevê que ele gaste em saúde, por exemplo, porque ele tem que acabar assumindo responsabilidades que não são dele, mas ele acaba cumprindo tarefas que deveriam ser do Estado e da União”.

Quem faz o quê

Para o deputado, “se nós quiséssemos fazer entregas mais robustas à população, fariamos num projeto federado, onde a política pode começar na União, mas termina no município, de maneira complementar, estabelecendo quem faz o quê nesse processo”.

Proselitismo eleitoral

“Se isso acontecesse, nós teríamos muito mais entregas, e o governo conseguiria passar os recursos com custo muito menos oneroso, com obra muito mais barata do que ele faz hoje, quando ele licita pela União ou quando ele tenta fazer política utilizando a população muito mais para proselitismo eleitoral, usando o recurso público”, criticou Alceu Moreira.

Negligência institucional

A coluna publicou o texto errado com a opinião da deputada federal gaúcha Daiana Santos (PCdoB). A seguir, o primeiro parágrafo da manifestação correta da parlamentar. “É inaceitável que o Brasil seja o líder mundial em interações de ódio contra a população LGBTI+ nas redes sociais. Quando quase 40% do conteúdo de ódio global parte do nosso país, isso revela o tamanho da negligência institucional e a urgência de uma resposta firme diante deste fato”.

BRDE estima superar neste ano resultados de 2024

/ FINANCIAMENTO

Paula Coutinho, de Brasília
paula.coutinho@jornaldocomercio.com.br

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) projeta para este ano um desempenho superior ao obtido em 2024. Segundo o diretor-presidente da instituição, Ranolfo Vieira Júnior, os números apurados são promissores. “Fechamos o ano de 2024 com R\$ 5,976 bilhões, em negócios nos três estados do Sul. Queremos, e tudo leva a crer, até o que se apurou até o mês de maio deste ano, superar esse número ao longo do ano de 2025”, estima Ranolfo.

Nesta entrevista ao **Jornal do Comércio**, o diretor-presidente do BRDE também reforça a importância da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 27/2023, de autoria do deputado federal Toninho Wandscheer (PP-PR), que amplia de 50% para 53,5% da arrecadação dos impostos a parcela referente aos fundos constitucionais, mantendo o repasse aos já existentes e criando fundos para as regiões Sul e Sudeste, com 1% cada. A pauta é uma das demandas do setor industrial, que, por meio da Fiergs, levou comitiva a Brasília para sensibilizar a bancada gaúcha.

Ranolfo fala ainda sobre a atuação do escritório do BRDE na capital federal e comenta a recente contratação junto à Agência Francesa de Desenvolvimento de recursos para resiliência climática.

Jornal do Comércio - O senhor retornou mês passado de Paris, onde houve um importante acordo para tratar de aporte para a questão da resiliência climática. O que o senhor pode sinalizar já dessa captação?

Ranolfo Vieira Júnior - Nós estivemos em Paris, onde assinamos a quarta contratação entre o BRDE e a Agência Francesa de Desenvolvimento. Em 2018, nós contratamos com eles US\$ 50 milhões; em 2020, US\$ 70 milhões; em 2022, US\$ 100 milhões, e agora a maior de todas as contratações. São 120 milhões de euros, não é dólar, são euros, o que equivale a aproximadamente



THAYNÁ WEISSBACH/ARQUIVO/JC

Ranolfo defende criação de fundo constitucional para Sul e Sudeste

R\$ 770 milhões, exatamente para ser aplicado em programas de sustentabilidade, de resiliência urbana, enfim, tudo a ver com a pauta deste momento e exatamente até pela catástrofe vivenciada pelo Estado em 2024. Então, não temos dúvida e até pelo amadurecimento dessa relação, se eu for somar as quatro contratações, chego aí a 350 milhões de euros. Então, estamos no caminho certo, e esse dinheiro virá em boa hora para o financiamento dessa pauta tão importante para todos nós.

JC - Nesse próximo semestre de 2025, o que dá para projetar ainda de metas e desafios para o BRDE?

Ranolfo - Mais uma vez batemos todos os recordes, fechamos o ano de 2024 com R\$ 5,976 bilhões, em negócios nos três estados do Sul, o maior saldo nosso de todos os tempos. Nós queremos, temos como objetivo, e tudo leva a crer até o que se apurou até o mês de maio deste ano, superar esse número ao longo do ano de 2025. Então, o primeiro objetivo, a primeira meta é

essa. E tem uma série de outras questões internas. Essa pauta da Fiergs, e quero aqui parabenizar o presidente Claudio Bier e toda a Fiergs por esse diálogo, esse contato com a bancada é fundamental. Quero trazer um exemplo concreto. Se eu hoje for concorrer para um empreendimento com a região Nordeste, o meu juro aqui vai ser muito mais caro do que o juro aplicado no Nordeste. Exatamente porque o fundo constitucional do Nordeste serve para equalizar juros, serve para subsidiar juros. Então, por uma questão de igualdade, o ideal seria que nós também tivéssemos, e aí sim teríamos condições de concorrer de igual para igual com as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que dispõem do fundo constitucional.

JC - No final de fevereiro foi inaugurado o escritório do BRDE aqui em Brasília. Como avalia esses primeiros meses de atuação?

Ranolfo - Tem sido muito boa a experiência que nós tivemos com a inauguração do escritório do BRDE aqui em Brasília. Nesses 90 dias aproximadamente nos deu um ponto de contato, de integração, com várias fontes de financiamento que têm sede em Brasília ou que têm escritórios também importantes de representação aqui. Então, posso dizer, até aqui, pela experiência vivenciada nesses 90 dias do acerto dessa decisão, sem dúvida alguma.

JC - Existe alguma ação que já se possa vislumbrar?

Roanolfo - Não, mas é importante essa integração de estar aqui representado e ter esse diálogo com as fontes de financiamento.



Batemos todos os recordes em 2024, com o maior saldo de todos os tempos, e queremos superar em 2025